

Congresso pode votar pacote de destruição ambiental, apesar da tragédia no RS

A tragédia do Rio Grande do Sul parece não sensibilizar parte dos parlamentares do Congresso Nacional, que insiste em apresentar propostas que, se aprovadas, agravarão a crise ambiental no Brasil. Atualmente tramitam no Congresso 25 projetos e três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que afetam licenciamento ambiental, grilagem de terras, direitos indígenas, financiamento da política ambiental, flexibilização do Código Florestal, legislações sobre recursos hídricos, mineração, oceano e zonas costeiras, entre outros, sendo que alguns têm alta probabilidade de avanço imediato, de acordo com levantamento do Observatório do Clima, publicado em abril deste ano.

Para o secretário de Meio Ambiente da CUT Nacional, Daniel Gaio, diante de um cenário de emergência climática é preciso tolerância zero com as propostas que colocam em risco o meio ambiente. “As chuvas que assolam o povo gaúcho são um fenômeno da natureza, mas a flexibilização da legislação que protege o meio ambiente e a falta de investimentos em prevenção de enchentes, a ausência de planejamento urbano são ações humanas, de gestores que deveriam zelar pelo bem público e pela população”, ressalta o dirigente.

A secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT, Elaine Cutis, lembra que a questão ambiental tem sido negligenciada por muito tempo. “Precisou de tragédias, como a do Rio Grande do Sul, para trazer o tema ao centro do debate. Ainda assim, é preocupante ver o Congresso Nacional avançando em propostas que podem agravar ainda mais a crise ambiental. Os parlamentares precisam agir com responsabilidade e sensibilidade diante dessa emergência climática, priorizando medidas que protejam o meio ambiente e garantam o bem-estar da população.”

Com objetivo de mitigar a crise do Rio Grande do Sul, que acomete quase a população em geral, as centrais sindicais apresentaram ao Ministério do Trabalho e Emprego um conjunto de propostas para enfrentar as consequências da crise climática e ambiental.

Lula sanciona Dia da Consciência Negra como feriado nacional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na última sexta-feira (17), a Lei 14.759/2023, que coloca no calendário de feriados nacionais o Dia da Consciência Negra e o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares, celebrado em 20 de novembro.

A matéria, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), passou pela aprovação nas duas casas do Congresso Nacional em 2021 e 2023. A data, estabelecida para conscientizar sobre o combate ao racismo e às desigualdades sociais a partir da questão étnica, foi instituída oficialmente pela lei Lei n.º 12.519, de 10 de novembro de 2011, no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), como explica o secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, Almir Aguiar. “De 2011 até hoje, o 20 de novembro vinha sendo celebrado em mais de mil cidades brasileiras e em alguns estados, como Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo. Com essa lei, aprovada no Congresso e agora sancionada pelo presidente da República, o propósito dela ganhará força em âmbito nacional, no debate sobre as consequências da escravidão e do racismo, ainda presente, na sociedade brasileira”.